

GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM COOPERATIVAS NO BRASIL: AVALIAÇÃO DO INCOME SMOOTHING ÀS FILIADAS DO SICREDI¹.

Valéria Gama Fully Bressan ²

Aureliano Angel Bressan ³

José Marcos da Silva ⁴

Resumo: Este estudo investiga a prática de gerenciamento de resultados na modalidade Income Smoothing nas cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI). A amostra é composta por 149 cooperativas, com dados semestrais referentes ao período de 2001 a 2011, totalizando 2.300 observações. O modelo de dados em painel foi estimado por efeitos fixos, e utilizou-se o método de Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis, considerando as correções para heterocedasticidade e autocorrelação. Os resultados sinalizam a utilização da discricionariedade contábil para suavizar os resultados, ou seja, o resultado estatisticamente positivo e significativo permite inferir que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende a ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito. Este resultado corrobora a percepção de analistas do Banco Central do Brasil de que as instituições financeiras brasileiras, independentemente de ser banco ou cooperativa de crédito, optam por suavizar os resultados. A principal contribuição deste estudo é constatar que as cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi, um dos maiores sistemas cooperativistas de crédito, também optam pela estratégia de gerenciar os resultados contábeis, assim como o Sicoob e as cooperativas de crédito solidário já pesquisadas. Tais resultados sustentam a proposição de que a redução da flutuação dos resultados é benéfica para as instituições (Trueman e Tilman, 1988; Moyer e Shevlin, 1995), a qual pode ser aplicável ao cenário atual das cooperativas brasileiras.

Palavras-chave: Gerenciamento de resultados. Income Smoothing, cooperativas de crédito. Sicredi, dados em painel.

■ Os autores agradecem o financiamento concedido pelo CNPq e pelo Programa de Auxílio à Pesquisa de Doutores Recém-Contratados da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais para a realização desta pesquisa.

¹ Artigo apresentado no XIV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2014, S Paulo: FEA/USP, 2014.

² E-mail: vfully@face.ufmg.br - Universidade Federal de Minas Gerais

³ E-mail: aureliano@ufmg.br - Universidade Federal de Minas Gerais

⁴ E-mail: silvajunior.jm@gmail.com - Universidade Federal de Minas Gerais

■ DOI: <http://dx.doi.org/10.14392/asaa.2016090303>

■ Artigo submetido em: 20/12/2014. Submetido a nova rodada em: 12/04/2016. Aceito em: 22/11/2016.

EARNINGS MANAGEMENT IN BRAZILIAN CREDIT UNIONS: ASSESSING INCOME SMOOTHING IN SICREDI

Abstract: This study investigates the practice of earnings management, specifically in the form of Income Smoothing, in Brazilian credit unions affiliated to the Cooperative Credit System (SICREDI). The sample consists of 149 credit unions, with semi-annual data for the period 2001-2011, in a total of 2300 observations. A panel data model estimated by fixed effects, using a Feasible Generalized Least Squares correction for heteroskedasticity and autocorrelation. The results indicate the use of accounting discretion to smooth the results, with a positive and statistically significant result which signals that the higher the non-discretionary income, the greater will be the losses on provisions for loan losses. This result corroborates the perception of the analysts from the Central Bank of Brazil that, within Brazilian financial institutions, whether bank or credit unions, choose to smooth their results. The main contribution of this study is to reveal that credit unions affiliated to Sicredi, one of the largest cooperative credit systems also opt for the strategy to manage the financial results, as well as those affiliated to the Sicoob system and also the solidarity credit unions already researched. These results support the proposition that reducing the fluctuation of results is beneficial for the institutions (Trueman and Tilman, 1988; Moyer and Shevlin, 1995), which may be applicable to the actual scenario of Brazilian cooperatives.

Keywords: Earnings Management. Income Smoothing, Credit Unions. Sicredi, Panel Data.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito é um importante instrumento de inclusão no sistema financeiro, já consolidado no ambiente internacional (Woccu, 2016) e com crescimento significativo no Brasil (Alves, 2016). Além de possuir relevante papel no cenário econômico do país, desempenha importante papel social, ao efetuar a intermediação financeira entre os membros, que proveem tanto a demanda quanto a oferta de recursos.

O tema de gerenciamento de resultado, ou earnings management, se apresenta eminente tanto na literatura internacional quanto na nacional. Evidências de que os grandes bancos atuantes no Brasil gerenciam seus resultados contábeis foram encontradas por Goulart (2007), Xavier (2007) e Fuji e Carvalho (2005). Goulart (2007) salienta, no caso de instituições financeiras, que o gerenciamento de resultados pode impactar negativamente toda a estrutura do sistema financeiro.

No caso das cooperativas de crédito pertencentes aos dois maiores sistemas do Brasil. Maia et. al. (2013) encontraram indícios de gerenciamento de resultados nas modalidades income smoothing e para evitar divulgar perdas nas cooperativas de crédito filiadas ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob). Bressan, Bressan e Silva Júnior (2015) indicaram o gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas nas cooperativas filiadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi). Não sendo constatada uma análise do gerenciamento na modalidade de income smoothing para as cooperativas filiadas ao Sicredi.

Conforme Trueman e Tilman (1988) e Moyer e Shevlin, (1995), a redução da flutuação dos resultados é benéfica para as instituições. Adicionalmente, tem-se a expectativa de analistas do Banco Central do Brasil (Bacen) de ocorrência de gerenciamento de suavização de resultados por parte das cooperativas de crédito (Maia et. al., 2013). Adicionalmente, Martinez (2001) aponta que os setores financeiro e de seguros podem possuir mais incentivos que outros para práticas de gerenciamento. Tendo por base estas perspectivas, a hipótese do presente estudo é de que as cooperativas de crédito no Brasil fazem uso de práticas de gerenciamento de resultados na modalidade Income Smoothing.

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, em julho de 2016, o Brasil possuía 1.054 cooperativas de crédito singulares, 35 Centrais e 02 Confederações, sendo alicerçado basicamente nos sistemas Sicoob, Sicredi, UNICRED (Confederação Nacional das Cooperativas Centrais Unicred's), CECRED (Sistema Cooperativo de Crédito Urbano), e CONFESOL (Sistema Cooperativo de Economia Solidária), representando as centrais Cresol (Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária), Ecosol (Sistema Nacional de Cooperativas de Economia e Crédito Solidário) e as cooperativas solteiras (Banco Central do Brasil, 2016).

O presente estudo pretende então contribuir para a discussão da temática do gerenciamento de resultados aplicada às cooperativas de crédito brasileiras filiadas ao Sicredi, com intuito de avaliar se a perspectiva de Trueman e Tilman (1988) e Moyer e Shevlin, (1995), assim como a expectativa dos analistas do Bacen são aplicáveis ao Sicredi.

O Sicredi é oriundo da região Sul. A primeira cooperativa de crédito do Brasil foi fundada em 1902, é filiada ao Sicredi, encontra-se em funcionamento no município de Nova Petrópolis-RS. Este sistema

tem atuação em 11 estados da federação, em 1.083 municípios, dos quais 45% são de pequeno porte (até 10 mil habitantes) e em 21% (223 cidades) é a única instituição financeira existente (Banco Central do Brasil, 2016b; Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016a, 2016b; Sicredi, 2016).

Em 2015, este sistema possuía 3,2 milhões de associados, desse total, cerca de 60% são pessoas físicas do meio urbano, 20% pessoas físicas do meio rural, 10% de pessoas jurídicas e 10% sócios-proprietários de pessoas jurídicas associadas. Adicionalmente, este sistema destaca-se como o agente financeiro com o maior volume de operações de investimento contratadas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), no ano agrícola 2015/2016 (Banco Central do Brasil, 2016b; Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016a, 2016b; Sicredi, 2016).

No âmbito internacional, foram encontrados os estudos como o de Hillier et al. (2008) e Brown e Davis (2008) que abordaram a questão de práticas de gerenciamento de resultados aplicadas às cooperativas de crédito australianas. Os autores encontraram resultados divergentes no que tange à conclusão a respeito da utilização, por parte das cooperativas australianas, de práticas contábeis para gerenciamento de resultados. Ressalta-se que a legislação australiana equipara as cooperativas de crédito aos bancos (Portal do Cooperativismo de Crédito, 2016c).

Um aspecto específico da realidade brasileira, conforme é exposto por Maia et al. (2013), é que as cooperativas de crédito não têm acesso à captação de recursos via mercado de ações, entretanto a adequação mínima de capital prevista na legislação vigente pode ser fator motivacional para a prática de gerenciamento de resultados, já que o capital social das cooperativas de crédito é formado essencialmente por quotas-partes dos associados. Adicionalmente, a legislação brasileira, diferentemente da Austrália, não equipara as cooperativas de crédito aos bancos.

As cooperativas de crédito têm, ainda, o seu desempenho econômico perante o quadro social como tema sensível e, de acordo com Maia et al. (2013), este desempenho pode resumir para o associado à eficiência dos gestores e da própria instituição financeira, para a qual a credibilidade é essencial. Resultados negativos ou que oscilam muito podem denotar situação de risco.

As cooperativas de crédito poderiam ser levadas também a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos, ou a evitar reportar perdas, ainda que dentro da legislação, mas fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico. Conforme Ventura et al. (2009), o instituto da distribuição das sobras líquidas do exercício pelas cooperativas contribui para gerar pressões internas por eficiência e orientação pela maximização do resultado econômico. Isso se dá, segundo os autores, por haver apropriação do resultado positivo pelo associado, de forma individual.

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi verificar se há ocorrência de práticas de gerenciamento de resultados contábeis, especificamente com a utilização da técnica de income smoothing, em cooperativas de crédito no Brasil vinculadas ao Sistema de Crédito Cooperativo (SICREDI) e teve-se como base o intervalo temporal compreendido entre o primeiro semestre de 2001 e o segundo de 2011. Desta forma, a amostra compreende o sistema com maior representatividade relativa ao número de cooperativas de crédito, em termos do volume de operações de crédito e total de depósitos em atuação no país.

Constatou-se nesta pesquisa evidências de que na ocorrência de resultados não discricionários mais baixos, as cooperativas filiadas ao Sicredi tendem a minimizar as provisões, e quando os resultados não discricionários são mais altos, elas tendem a maximizar as provisões, sinalizando a busca por uma menor variabilidade nos resultados.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma. A seção 2 apresenta uma revisão da literatura sobre estudos que tratam de gerenciamento de resultados e sua relação com cooperativas de crédito.

A seção 3 apresenta o modelo utilizado e a seção 4 descreve a amostra e a fonte dos dados. A seção 5 analisa os resultados obtidos e a seção 6 apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O Cooperativismo teve sua origem no século XIX, em 1844, na cidade de Rochdale na Inglaterra, fomentado pelo ambiente de trabalho adverso da segunda fase da Revolução Industrial. Nesta época, tecelões organizaram-se em cooperativa, como forma de alterarem sua perspectiva de inserção econômica (PESAVENTO, 2010).

A primeira cooperativa de crédito foi fundada em 1864 por Raiffeissen, na Alemanha. A história do cooperativismo de crédito no Brasil foi fundada em 1902, na localidade de Linha Imperial, município de Nova Petrópolis - Rio Grande do Sul, atual Sicredi Pioneira RS (Pinheiro, 2008).

Deste tempo em diante, o segmento sofreu alterações, como a regulamentação pela lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que definiu a política nacional de cooperativismo, instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas, e determinou outras providências favorecendo o crescimento e consolidação do mesmo.

Fazem parte da composição da base normativa atual das cooperativas de crédito: a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, que relata sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo; a Circular nº 3.502, de 26 de julho de 2010, que relata sobre os procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos referentes a pedidos de autorização; e a Resolução CMN nº 4.434, de 05 de agosto de 2015, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das cooperativas de crédito. Esta resolução de 2015 representa um aprimoramento no arcabouço regulatório, introduzindo uma nova classificação para as cooperativas de crédito de acordo com suas operações praticadas e eliminando as restrições do quadro associativo (Brasil, 2009; Banco Central do Brasil, 2010, 2015).

As cooperativas de crédito são definidas como organizações que prestam serviços financeiros aos associados, que proveem tanto a demanda quanto a oferta de fundos, devendo a cooperativa de crédito fazer a intermediação entre os seus cooperados, e por isso são instituições importantes para o desenvolvimento de muitos países (BRESSAN et al, 2013; BRESSAN; BRAGA, 2006).

Ventura et al. (2009) explicita ainda que as cooperativas contribuem para o desenvolvimento do local onde estão instaladas, além de beneficiar seus associados. Revela ainda que este benefício é gerado devido ao aumento da oferta de crédito e de outros serviços financeiros, além da simplificação e flexibilização nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação destas operações.

Francisco et al. (2012) afirmam que a essência da atuação das cooperativas de crédito é a intermediação financeira entre os recursos captados e os recursos liberados. Ressaltam ainda que os recursos liberados por meio da modalidade de concessão de crédito aos seus cooperados constituem a sua principal fonte de receita, conseqüentemente, de geração de resultados positivos.

Entretanto, considerando que os usuários de tais serviços são também os cooperados, proprietários dos direitos residuais sobre seus fluxos financeiros e sobre seus ativos (BARROSO; BIALOSKORSKI NETO, 2010), elas não maximizam seus resultados da mesma forma que os bancos, devendo ter condições de oferecer tais serviços de forma vantajosa.

Além das exigências legais da Lei nº 5.764/1971, e da Lei Complementar nº 130/2009, outro fator crítico para as cooperativas de crédito é seu desempenho econômico perante o quadro social, que pode ser mensurado pela existência da distribuição de sobras do exercício, que são apropriadas pelos associados, de forma individual. Neste sentido, a questão do resultado para as cooperativas é um tema sensível, podendo resumir para o associado à eficiência dos gestores e da própria instituição financeira, para a qual a credibilidade é vital.

Resultados negativos ou que oscilam muito podem denotar situação de risco perante o quadro social, passando uma ideia de ineficiência e até mesmo de insegurança aos associados, que são, na verdade, os donos da cooperativa. Por estas razões, as cooperativas de crédito poderiam ser levadas também a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos (income smoothing), ou a evitar reportar perdas, ainda que dentro da legislação, mas fazendo uso da discricionariedade sobre certas contas contábeis para evitar sinalizar uma situação de mau desempenho econômico.

2.2 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS EM BANCOS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO

O gerenciamento de resultados é definido como a coleção de decisões da gerência que resulta em não expor a veracidade dos fatos, mas maximiza o valor dos ganhos como é conhecido pela administração e contabilidade. O gerenciamento de resultados resulta de tomar decisões sobre produções e/ou investimentos antes dos resultados acontecerem, ou de fazer escolhas contábeis que afetam os ganhos e suas interpretações após os verdadeiros valores serem conhecidos (Ronen e Yaari, 2010).

Segundo Healey e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre quando os gestores usam julgamentos nos lançamentos contábeis e estruturam transações para alterar os relatórios, de maneira a enganar os investidores sobre o real desempenho econômico da companhia, ou de modo a influenciar a resposta de contratos que dependem dos resultados apresentados nestes relatórios.

Tais gerenciamentos podem ser: benéficos, se tem validade no longo prazo; neutros, se revelam os resultados no curto prazo; e malignos se não revela nem a realidade de longo prazo nem a de curto prazo (Ronen e Yaari, 2010). Para Martinez (2001), os setores financeiro e de seguros podem possuir mais incentivos que outros para práticas de gerenciamento.

Diversos autores têm investigado a presença de gerenciamento de resultados em instituições financeiras. Moyer (1990) analisou uma amostra de 142 bancos norte americanos entre 1981 e 1986, visando verificar a existência de incentivos de gestores de bancos a realizar ajustes contábeis quando o índice de capital se encontrava abaixo do mínimo regulamentar. O autor relacionou provisões para perdas em empréstimos, empréstimos baixados para prejuízo e o índice mínimo de capital.

Ahmed et al. (1999) agregou uma nova visão às pesquisas ao investigar a relação do gerenciamento tanto na perspectiva do capital management quanto do earnings management em bancos, concluindo que a gestão de capital superou a gestão de resultados quando analisado o período entre 1987 e 1990, e 1991 e 1995 em que houveram alterações nas exigências de mínimos de capital.

Visando desenvolver e validar um modelo de dois estágios para a identificação da discricionariedade das acumulações com títulos e valores mobiliários pelas instituições bancárias, Dantas et al. (2013) realizaram uma análise dos bancos brasileiros entre o terceiro trimestre de 2002 e o quarto trimestre de 2010, e encontraram evidências que os bancos brasileiros utilizaram da discricionariedade para gerenciar os seus respectivos resultados.

Goulart (2007) identificou evidências de que grandes bancos brasileiros utilizam a ferramenta de gerenciamento de resultados, avaliando 50 instituições financeiras brasileiras entre junho de 2002 e dezembro de 2006 a partir de técnicas econométricas de correlação e regressão.

Fuji e Carvalho (2005) também avaliaram as instituições financeiras no Brasil, com foco para a conta provisão para créditos de liquidação duvidosa, no período de 1999 a 2003, e os resultados do trabalho mostraram que há indícios de earnings management por intermédio da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa, principalmente para minimizar a variação do resultado.

A partir da investigação do gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil entre 2000 e 2004, em 111 conglomerados financeiros em atuação no Sistema Financeiro Nacional, Zendersky (2005) encontrou resultados que lhe permitiram afirmar que os conglomerados financeiros analisados gerenciam os seus resultados contábeis por meio do componente discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Xavier (2007) verificou a existência de indícios de que os vinte maiores bancos brasileiros utilizam gerenciamento de resultados. Analisou se os bancos utilizaram ágio em investimentos em controladas e coligadas, operações com títulos e valores mobiliários, provisões para operações de crédito, ou passivos contingentes para gerenciar resultados. Dos 20 bancos estudados 04 não apresentaram indícios de gerenciamento em nenhuma das áreas e 01 apresentou indícios nas três áreas em que foram obtidos resultados conclusivos, exceto quanto aos passivos contingentes, para os quais as análises foram inconclusivas.

Na literatura internacional, estudos de Hillier et al. (2008) e Brown e Davis (2008) abordaram a questão da prática de gerenciamento de resultados aplicada às cooperativas de crédito australianas, e tratam especificamente da adequação de capital como elemento motivador para ocorrências de gerenciamento de resultados.

Hillier et al. (2008) utilizaram uma amostra composta por 137 cooperativas de crédito, representando quase a metade das 288 cooperativas em operação na Austrália, num período que abrange 31 trimestres entre julho de 1987 e dezembro de 1994. Os autores encontraram evidências de que, durante o período de 12 meses em torno da data que marca a introdução das regras de exigência de capital do Australian Financial Institutions Code (AFIC), as cooperativas em situação de risco empregaram estratégias de contabilidade para reduzir a chance de serem colocadas sob supervisão. A estratégia mais frequentemente aplicada foi, segundo os autores, a contabilização discricionária da provisão para operações de crédito.

Brown e Davis (2008) utilizaram uma amostra de dados do período entre 1992 e 2004, também para cooperativas de crédito australianas, após implantação dos requisitos mínimos do índice de capital, e apontam que o retorno sobre ativos será maior em cooperativas de crédito com baixa proporção de capital. No entanto, o estudo indica que as cooperativas são capazes de lidar com seus membros de forma a aumentar sua rentabilidade para atingir as razões de capital exigidas, não sendo constatado o gerenciamento de resultados.

Os resultados encontrados por estes autores para a realidade do cooperativismo australiano foram divergentes no que se refere à conclusão a respeito da utilização, por parte das cooperativas de créditos, de práticas contábeis para gerenciamento de resultados.

No caso brasileiro, o trabalho de Maia et. al. (2013) é precursor sobre a temática de gerenciamento de resultados nas cooperativas brasileiras. O autor testou se as cooperativas de crédito vinculadas ao Sicoob utilizaram da discricionariedade contábil para gerenciar resultados, no período compreendido entre o primeiro trimestre de 2001 e o terceiro trimestre de 2011.

Além do gerenciamento de resultados por suavização dos resultados, outras técnicas também são mencionadas por Maia et. al. (2013), como o gerenciamento de capital para adequação do patrimônio líquido da instituição financeira em relação aos riscos de seus ativos, de suas operações, bem como de outros riscos envolvendo suas operações e negociações. Essa adequação de capital é tratada internacionalmente pelos Acordos de Basileia e no Brasil, o Conselho Monetário Nacional e o Banco Central do Brasil são responsáveis por normatizar as regras no país.

No que tange às cooperativas de crédito, especialmente as brasileiras, segundo Maia et. al. (2013), a divulgação de resultados negativos ou com grande variabilidade podem denotar situação de risco, remetendo uma ideia de ineficiência e até mesmo de insegurança aos associados das mesmas, que na verdade, são os donos da cooperativa. Por estas razões, as cooperativas de crédito poderiam ser motivadas a gerenciar seus resultados de forma a suavizar os mesmos, ou a evitar reportar perdas, fazendo uso da discricionariedade sobre certas decisões contábeis para evitar revelar uma situação de mau desempenho econômico-financeiro.

As cooperativas podem ser motivadas à prática do gerenciamento de resultados com a tentativa de redução da volatilidade dos resultados, aplicando-se a técnica de suavizar os resultados. Neste sentido, Maia et. al. (2013), encontraram evidências empíricas indicando que as cooperativas de crédito vinculadas ao Sicoob utilizam do gerenciamento de resultados na modalidade income smoothing e para não reportar perdas, entretanto, refutaram a hipótese de pesquisa proposta para análise de gerenciamento de capital, concluindo que não há indícios que as cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob gerenciem para atingir a adequação de capital.

O gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas, a partir da técnica de análise de histograma proposta por Burgstahler e Dichev (1997) foram detectadas nas cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi (Bressan, Bressan e Silva Júnior, 2015), e nas cooperativas de crédito solidário brasileiras (Bressan, Santos e Bressan, 2015). Já o gerenciamento de resultados para suavizar resultados, que consiste na redução da flutuação dos resultados contábeis, entendida por Trueman e Tilman (1988) e Moyer e Shevlin (1995) como benéfico para as instituições, foi detectado nas cooperativas de crédito solidário brasileiras filiadas a Confesol (Bressan e Garcia, 2016).

A seguir é apresentada no Quadro 1 uma síntese dos resultados dos autores que pesquisaram gerenciamento de resultados em instituições financeiras.

Quadro 1: Compilação dos resultados dos autores que pesquisaram gerenciamento de resultados em instituições financeiras.

Autor	Instituição	Evidências Empíricas
Moyer (1990)	Bancos	Verificou que ajustes na provisão para perdas em empréstimos foram utilizados para gerenciar os resultados.
Ahmed et al. (1999)	Bancos	Encontraram fortes evidências de que as provisões são utilizadas para gerenciar o capital, adequando o índice dos bancos aos requisitos mínimos impostos pela regulamentação.
Zendersky (2005)	Bancos	Mostrou que a relação entre o componente discricionário das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa e o resultado antes da tributação e das provisões sobre as operações de créditos é estatisticamente significativa e direta.
Fuji e Carvalho (2005)	Bancos	Encontraram indícios de Earnings Management por intermédio da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa, principalmente para minimizar a variação de resultados.
Goulart (2007)	Bancos	Expôs que a provisão para devedores duvidosos é um potencial instrumento para gerenciamento de resultados por parte dos bancos brasileiros.
Xavier (2007)	Bancos	Concluiu que um dos bancos utilizou-se de ágio em investimentos em controladas e coligadas, 55% dos bancos apresentaram indícios da utilização das operações com títulos e valores mobiliários, e 30% dos bancos analisados apresentaram indícios do uso de provisões para operações de crédito para gerenciar seus resultados.
Dantas et al. (2013)	Bancos	Confirmaram que os bancos brasileiros utilizam os resultados com TVM com o propósito de alisamento de resultados.

Maia et. al. (2013)	Cooperativas de crédito	Indicaram o gerenciamento de resultados para suavizar resultados e para evitar divulgar perdas nas cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob.
Bressan, Bressan e Silva Júnior (2015)	Cooperativas de crédito	Encontraram indícios de gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas nas cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi.
Bressan, Santos e Bressan (2015)	Cooperativas de crédito	Os resultados indicaram que há evidências da utilização de gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas por 60% das cooperativas filiadas à Confesol em períodos anuais,
Bressan e Garcia (2016)	Cooperativas de crédito	Indicaram que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende a ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito, o que sinaliza a evidência de prática de suavização dos resultados nas cooperativas filiadas à Confesol.

Fonte: Elaborado pelos autores.

3 METODOLOGIA

3.1 MODELO UTILIZADO

O modelo analítico aplicado no presente estudo segue os mesmos procedimentos utilizados por Maia et. al. (2013) para testar a suavização dos resultados, modelo este que se apresenta adaptado para o mercado brasileiro a partir daqueles propostos por Ahmed et al.(1999), com adaptações feitas por Santos (2007) e Bressan et al. (2012) para a realidade do cooperativismo brasileiro.

A hipótese de pesquisa se fundamenta nos resultados das pesquisas empíricas, assim como nas proposições de Martinez (2001), Trueman e Tilman (1988) e Moyer e Shevlin (1995). Assim será testada sob a hipótese de que as cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao Sicredi fazem uso de práticas de gerenciamento de resultados na modalidade Income Smoothing. Para o teste da hipótese em questão estimou-se o seguinte modelo:

$$VDLoc_{it} = \alpha + \beta_1 VOC + \beta_2 TA_{it} + \beta_3 LA_{it} + \beta_4 PIB_{it} + \beta_5 RNDoc_{it-1} + c_i + \epsilon_{it}$$

Em que:

$i = 1, \dots, N$ cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi;

$t = 1, \dots, T$ semestres e se refere ao período de 2001-1 até 2011-2;

$VDLoc$ = Variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito, dividida pelo volume de operações de crédito no início do período;

VOC = Variação no volume de operações de crédito;

TA = Tempo de atividade em anos;

LA = Variável binária para cooperativas do tipo “livre admissão”, assumindo valor 1 para as cooperativas de livre admissão e 0 caso contrário;

PIB = Variações do PIB no período;

$RNDoc$ = Resultado antes das despesas líquidas de provisões, dividido pelo total de operações de crédito para esta avaliação, no período $t-1$.

c = Componente de erro que indica o efeito individual específico não observável, que difere entre as cooperativas, e é invariante no tempo.

ϵ = Componente denominado erro “usual” da regressão, que varia entre as cooperativas e com o tempo.

Neste modelo o parâmetro da variável $RNDoc$ estatisticamente significativo e com sinal positivo indicará que quanto maior o resultado não discricionário, maior tende a ser a despesa líquida com provisões para operações de crédito, o que indicará evidencia de pratica de suavização de resultados.

Em relação às variáveis macroeconômicas de controle testadas, devido a problemas de multicolineariedade, utilizou somente a variável PIB, por indicar o nível de produção econômica em um território, em relação ao seu contingente populacional, e adicionalmente ter apresentado validação estatística.

3.2 . PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA ESTIMAÇÃO DO MODELO DE DADOS EM PAINEL

A estratégia utilizada para selecionar a melhor especificação consistiu em primeiro estimar o modelo pooled, que de acordo com Gujarati (2006, p.517), é a maneira mais simples de estimação, que desconsidera as dimensões tempo e espaço e utiliza modelos estimados por mínimos quadrados ordinários (MQO). Em seguida prosseguiu-se com a estimação do modelo de efeitos fixos, via LSDV (least squares dummy variables), e utilizando-se do teste de Chow, avaliou-se a necessidade de se usar uma regressão de dados agrupados (pooled) ou de um modelo de efeitos fixos. Sendo indicado no teste do Chow o modelo de efeitos fixos em detrimento do modelo pooled.

Logo após, estimou-se o modelo de efeitos aleatórios, e através da estatística de teste do tipo multiplicador de Lagrange (teste LM) de Breusch-Pagan, testou-se qual dos modelos é mais apropriado para os dados, o modelo pooled, sob a hipótese nula da primazia do modelo de dados empilhados, em relação ao com efeitos aleatórios. Neste teste LM obteve-se a rejeição da hipótese nula, sendo indicado a preferência pelo modelo de efeitos aleatórios em relação ao modelo pooled.

Proseguiu-se então com a elaboração do teste de Hausman, que foi utilizado para selecionar qual dos modelos para dados em painel é o mais apropriado, sob a hipótese nula de que o modelo de efeitos aleatórios é consistente e eficiente, e a hipótese alternativa de que o modelo de efeitos fixos é consistente e eficiente. O teste de Hausman indicou a rejeição da hipótese nula, sendo então a estimação do modelo de painel por efeitos fixos.

Com a opção pelo modelo de efeitos fixos prosseguiu-se com a validação estatística do modelo via testes de heterocedasticidade de Wald e autocorrelação serial de Wooldridge, sendo constatado os dois problemas econométricos. Em função disto, seguiu-se a indicação de Judge et al. (1985), Davidson e MacKinnon (1993), Baltagi e Wu (1999) e Hansen (2007) que apontam o uso do modelo de dados em painel linear usando Mínimos Quadrados Generalizados Factíveis (feasible generalized least squares - FGLS) como a alternativa que permite a estimação de modelos em painel com dados não-balanceados na presença tanto de autocorrelação quanto de heterocedasticidade.

Por fim, comparou-se o modelo estimado por FGLS corrigido para os problemas de autocorrelação e heterocedasticidade com a estimação do modelo de regressão por mínimos quadrados robusto clusterizado por cooperativa. Sendo o modelo FGLS escolhido por ter apresentado resultados robustos e consistentes para análise.

3.3 . AMOSTRA E FONTE DE DADOS

O presente trabalho utiliza de um painel desbalanceado com observações de 149 cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi, a partir do primeiro semestre de 2001 até o segundo semestre de 2011, totalizando 2300 observações.

A amostra exclusiva das cooperativas filiadas ao Sicredi justifica-se pelo fato de ser um sistema com características distintas se comparado aos demais sistemas cooperativistas do Brasil. Consequentemente, trabalhou-se com dados que possuem menor variância se comparado a um estudo de abrangência

de todo os sistemas de cooperativas de crédito do Brasil, o que econometricamente permitiu gerar resultados mais consistentes.

Os dados foram fornecidos pelo Banco Central do Brasil e, portanto, são confidenciais, e sua obtenção só é possível através do mesmo. Ressalta-se que devido à mudança de política do Bacen, não foi possível a atualização dos dados para períodos posteriores a 2011, o que consiste em uma limitação desta pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As estatísticas descritivas sinalizam que as cooperativas filiadas ao Sicredi possuem o tempo de atividade de 4 a 45 anos, no período estudado. Nota-se que estas cooperativas possuem características muito distintas em termos de variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito, assim como, com a variação das operações de crédito, e com o resultado não discricionário sobre operações de crédito, dado que o coeficiente de variação foi superior a 4000% (Tabela 1).

Tabela 1: Estatísticas Descritivas

	Média	Desvio Padrão	Mediana	Mínimo	Máximo	Coefficiente de Variação
VDLoc	-0,8306	37,0367	-0,0668	-1879,11	0	-44,5886
VOC	27,0769	1281,932	0,1587	-1	63505,02	47,3441
TA	22,2439	9,5661	22	4	45	0,4301
RNDoc	11,1848	520,52	0,2432	0,01937	25653,41	46,5382

Nota: VDLoc: Variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito, dividida pelo volume de operações de crédito no início do período.
 VOC: Variação no volume de operações de crédito.
 TA: Tempo de atividade em anos.
 RNDoc: Resultado não discricionário sobre operações de crédito, dividido pelo volume de operações de crédito.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A variável 'variação no volume de operações de crédito' (VOC) não se apresentou estatisticamente significativa assumindo o nível de significância de 5%, para as cooperativas filiadas ao Sicredi (Tabela 2). Este resultado foi coincidente com a pesquisa para as cooperativas de crédito solidário filiadas à Confesol (Bressan e Garcia, 2016). No entanto, nos estudos de Goulart (2007) para bancos e de Maia et al. (2013) para as cooperativas do Sicoob, que indicaram que quanto maior o volume de operações de crédito, maior será a 'variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito' (VDLoc). Estes resultados sinalizam que, considerando os sistemas cooperativistas de crédito já pesquisados (Sicoob, Sicredi e Confesol), em relação a suavização de resultados como uma estratégia de gerenciamento, não há uma convergência sobre a influência da 'variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito'.

Tabela 2: Resultados da estimação dos modelos

Variável Dependente: VDLoc			
	Efeitos Fixos por FGLS	Efeitos Fixos	Pooled Robusto Clusterizado
VOC	0,00000001 (0,00000001)	-6,45e-07 (0,0006233)	0,0000442 (0,0000435)
TA	-0,0013453*** (0,000108)	Omitida	0,1024085 (0,1043432)
LA	-0,0059656** (0,0026244)	0,1148835 (2,741602)	-0,5527376 (0,5924514)
PIB	-0,0001506 (0,0000386)***	(-0,0022602) (0,0368735)	0,0288482 (0,0289617)
RNDoc-1	0,0046415*** (0,0007414)	0,0101785*** (0,0015657)	-0,0002672*** (0,0000832)

Constante	-0,0096776* (0,0056059)	-0,7830629 (4,254851)	-6,615249 (6,565069)
Número de observações: 2300		Número de grupos: 149	
Observações por grupo:	Mínimo=5	Média=15,43624	Máximo=19
Wald $\chi^2(5) = 323,99$		Prob> $\chi^2 = 0,0000$	
Teste de Hausman $\chi^2(4) = 874,62$		Prob> $\chi^2 = 0,0000$	
Teste de Wald para heterocedasticidade em grupo no modelo com efeitos fixos = $\chi^2(149) = 1,9e+15$			Prob> $\chi^2 = 0,0000$
Teste de Wooldridge para autocorrelação em painel = $F(1,148) = 4,619$		Prob> $F = 0,0333$	
Variável dependente (VDLoc): Variação nas despesas líquidas com provisões para operações de crédito, dividida pelo volume de operações de crédito no início do período			
Variável independente de interesse (RNDoc): Resultado não discricionário sobre operações de crédito.			
Demais variáveis independentes: VOC : Variação no volume de operações de crédito, TA: Tempo de atividade em anos, LA: dummy que assume valor 1 para livre admissão, e 0 caso contrário, PIB: Produto Interno Bruto.			
Obs.: a) Estimação por FGLS, assumindo-se efeitos fixos e considerando-se o problema de heterocedasticidade e autocorrelação detectados previamente.			
b) Os erros-padrão estão entre parênteses e a significância estatística é indicada pelos símbolos: *10%; **5%; ***1%.			
c) Omitida: variável omitida para estimação por efeitos fixos			

Fonte: Dados da Pesquisa.

O tempo de atividade da cooperativa (TA), medido em anos, foi estatisticamente significativo no modelo, e conforme o esperado, apresentou sinal negativo, indicando que quanto menor o tempo de atuação da cooperativa maior será a sua propensão a gerenciar seus resultados (Tabela 2). O que corrobora com Ward e Mckillop (2005) que evidenciam que o tempo de existência de uma cooperativa é importante para garantir sua solidez no mercado. Neste sentido, a idade da cooperativa é considerada um importante fator de sucesso das mesmas e, portanto, quanto maior o tempo de atividade, menor tende a ser o provisionamento para operações de crédito. Este resultado obtido para o Sicredi, foi coincidente com o resultado para as cooperativas de crédito solidário (Bressan e Garcia, 2016), e contrário ao que foi obtido para as cooperativas filiadas ao Sicoob (Maia et. al. 2013).

A variável dummy LA foi estatisticamente significativa considerando o intervalo de confiança de 95%, entretanto apresentou sinal negativo (Tabela 2), o que contraria a expectativa de Amaral e Braga (2008), que esperavam que a transformação para livre admissão nas cooperativas, aumentasse em certo grau o risco da carteira e crédito. Nas cooperativas filiadas ao Sicredi pode-se afirmar que a livre admissão não influenciou negativamente a variação das despesas líquidas de provisão.

A variável macroeconômica de controle, PIB, foi estatisticamente significativa e apresentou relação negativa com variação das despesas líquidas de provisão (Tabela 2). Este resultado indica que maiores variações no PIB, geram menores variações nas despesas líquidas de provisões, sinalizando que a melhoria da produção econômica em um território impacta positivamente no resultado financeiro das cooperativas pesquisadas, uma vez que gera redução das variações nas despesas líquidas de provisões. Este resultado obtido para o Sicredi foi compatível com as inferências obtidas para as cooperativas filiadas ao Sicoob (Maia, et. al. 2013).

A variável de interesse do estudo ‘Resultado não discricionário sobre operações de crédito’ para avaliar se há indícios de gerenciamento na modalidade income smoothing foi estatisticamente significativo a 1%, apresentou sinal positivo, e confirmou a hipótese de indicação de gerenciamento nesta modalidade para as cooperativas de crédito filiadas ao Sicredi, ou seja, as despesas líquidas de provisão foram instrumentos para reduzir a variação dos resultados (Tabela 2).

Este resultado é convergente com os estudos realizados para o Sicoob (Maia et. al., 2013) e para as cooperativas de crédito filiadas à Confesol (Bressan e Garcia, 2016) que também encontraram evidências para a utilização da suavização de resultados através das despesas líquidas de provisão, por parte das cooperativas de crédito brasileiras para suavizar os seus respectivos resultados. Ademais, este resultado vai ao encontro ainda, dos resultados apresentados por Goulart (2007), que verificou o efeito da suavização do resultado através das provisões para operações de crédito para as 50 maiores

instituições brasileiras, e também ao encontro dos trabalhos Fuji e Carvalho (2005) e de Xavier (2007) que constataram o uso de provisões para operações de crédito para gerenciar seus resultados nos bancos brasileiros.

Notadamente, tanto os bancos pesquisados, quanto as cooperativas pesquisadas apresentaram indícios de gerenciamento para evitar grandes oscilações nos resultados, o que é uma sinalização positiva da proposição de que a redução da flutuação dos resultados pode ser benéfica para as instituições (Trueman e Tilman, 1988; Moyer e Shevlin, 1995).

Adicionalmente, entende-se que a exigência de envio dos resultados mensalmente ao Banco Central do Brasil, que é um dos órgãos de monitoramento das cooperativas brasileiras, assim como a divulgação anual dos resultados nas assembleias ordinárias das cooperativas aos seus cooperados, além do monitoramento realizado pelas cooperativas centrais de crédito são fatores motivadores para a prática de gerenciamento de resultados, uma vez que a volatilidade nos resultados pode ser interpretada como situação de risco.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa investigou se há indícios de práticas de gerenciamento de resultados contáveis, em cooperativas de crédito no Brasil filiadas ao SICREDI no período entre 2001 e 2011, a partir de dados semestrais, utilizando o modelo de Regressão Linear Múltipla (MRLM) com dados em painel.

Os resultados encontrados para o teste da hipótese de gerenciamento de resultados na modalidade income smoothing apresentaram indícios de que as cooperativas do Sicoob utilizaram, no período estudado, as despesas líquidas de provisões para operações de crédito para suavizar os resultados, indicando que quanto maior o resultado antes das provisões para operações de crédito, maior tende a ser a variação nas despesas líquidas de provisão.

Este resultado coaduna com o que foi encontrado por autores que pesquisaram as cooperativas de crédito filiadas ao Sicoob (Maia et. al., 2013), e as cooperativas de crédito solidário filiadas à Confesol (Bressan e Garcia, 2016). O que permite constatar que os dois maiores sistemas de cooperativas de crédito brasileiras (Sicredi e Sicoob), e também as cooperativas de crédito solidário utilizaram da prática de gerenciamento de resultados na modalidade income smoothing. Resultados estes similares aos obtidos para os bancos brasileiros (Fuji e Carvalho, 2005; Goulart, 2007, Xavier 2007). Indicando que apesar dos bancos visarem o lucro e as cooperativas de crédito não, o gerenciamento de resultados foi uma estratégia encontrada no sistema financeiro brasileiro.

A principal contribuição desta pesquisa é preencher a lacuna da literatura nacional sobre o cooperativismo crédito, apresentando o resultado obtido para um dos maiores sistemas do cooperativismo de crédito brasileiro, que é o Sicredi. Uma vez que existem grandes diferenças entre os sistemas cooperativas nacionais o que justifica o estudo individualizado dos mesmos. A não rejeição da hipótese de suavização de resultados confirma que o resultado contábil, por seu caráter de indicador de desempenho, é uma variável de suma importância para as cooperativas de crédito. Apesar das cooperativas não serem instituições com fins lucrativos, tendem a ter nas sobras um indicador de solidez e credibilidade.

Sugere-se para novos estudos, avaliar quais seriam os fatores motivadores para o gerenciamento dos resultados nas cooperativas de crédito, se a motivação está relacionada com incentivos dados pelos gestores, seguindo o direcionamento de Cheng, Warfield e Ye (2011), ou se a redução da flutuação dos

resultados é de fato benéfica para as instituições conforme indicação de Trueman e Tilman (1988) e de Moyer e Shevlin (1995), ou mesmo, se está relacionado com a sinalização da situação da cooperativa perante o quadro de associados e ao Banco Central do Brasil.

Outra sugestão é avaliar se haverá interferência do tipo do auditor das cooperativas de créditos em relação a possibilidade de gerenciamento de resultados, visto que a na Circular 3799 de 28 de junho de 2016, do Banco Central do Brasil, estabeleceu os requisitos para a definição da atividade de auditoria cooperativa e para a elaboração dos relatórios (DOU, 2016). A nova exigência será adotada em etapas e será gradualmente estendida a todas as cooperativas de crédito até 31 de dezembro de 2018.

Por fim, uma outra alternativa de pesquisa futura, seria a avaliação da qualidade das sobras em função da performance dos fundamentos contábeis da cooperativa, na linha dos estudos de Dechow, Ge, Schrand (2010). Outra linha possível envolve a abordagem de Dechow, Sloan e Zha Giedt (2014), relativa à avaliação da relevância do lucro contábil no processo de avaliação dos accruals, bem como para investidores, na perspectiva da convenção contábil do conservadorismo e sua relação com o gerenciamento de resultados.

REFERÊNCIAS

Ahmed, A. S.; Takeda, C.; Thomas, S. (1999). Bank loan loss provisions: a reexamination of capital management, earnings management and signaling effects. *Journal of Accounting & Economics*, v. 28, n.1, p. 1-25.

Alves, A. (2016) Cooperativas de crédito crescem mais rápido que bancos em 2015. *Época Negócios*. Disponível em: <http://epocanegocios.globo.com/Mercado/noticia/2016/03/epoca-negocios-cooperativas-de-credito-crescem-mais-rapido-que-bancos-em-2015.html>. Acesso em 20/08/2016.

Amaral, I. C.; Braga, M. J (2008). A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso. *RCO – Revista de Contabilidade e Organizações – FEARP/USP*, v. 2, n. 4, p. 126-147.

Baltagi, Badi Hani; Wu Ping X. (1999) Unequally spaced panel data regressions with AR(1) disturbances. *Econometric Theory*, vol.15, p. 814-823.

Banco Central do Brasil (2016a). Quantitativo das cooperativas de crédito por tipo. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d201607/Quadro%2003%20-%20Quantitativo%20de%20cooperativas%20de%20cr%C3%A9dito%20por%20tipo%20e%20ramo%20de%20atividade.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

Banco Central do Brasil (2016b). Cooperativas de crédito e seus impactos sociais. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf. Acesso em: 20/08/2016

Banco Central do Brasil (2010). Circular nº 3.502. Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas cooperativas de crédito para instrução de processos referentes a pedidos de autorização e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2010/pdf/circ_3502_v2_P.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

Banco Central do Brasil. (2015) Resolução nº 4.434. Dispõe sobre a constituição, a autorização para funcionamento, o funcionamento, as alterações estatutárias e o cancelamento de autorização para funcionamento das cooperativas de crédito e dá outras providências. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: < <http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=2015&numero=4434>>. Acesso em: 20/08/2016.

Barroso, M. F.G.; Bialoskorski Neto, S. (2010). Distribuição de resultados em cooperativas de crédito rural no estado de São Paulo. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 12, n. 2, p. 290-307, 2010.

Brasil (2009). Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, DF, 2009. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp130.htm>. Acesso em: 20/08/2016.

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J. ; Resende Filho, M. A.; Bressan, A. A (2013). . Brazilian credit union member groups: borrower-dominated, saver-dominated or neutral behavior? *BAR. Brazilian Administration Review*, v. 10, n. 1, p. 40-56.

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J. (2006) Perfil das cooperativas de crédito mútuo do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Agronegócio*, v. 4, n. 4, p. 511-531.

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J.; Bressan, A. A.; Resende Filho, M. A. (2012) . O seguro depósito induz ao risco moral nas cooperativas de crédito brasileiras?: um estudo com dados em painel. *Revista Brasileira de Economia*, v. 66, n. 2, p. 167-185.

Bressan, V. G. F.; Bressan, A. A.; Silva Júnior, J. M. (2015). Evitar Divulgar Perdas: Foi Uma Estratégia Utilizada na Última Década pelas Cooperativas de Crédito Filiadas ao Sicredi?. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, v. 2, p. 27-42.

Bressan, V. G. F.; Santos, L. S. Z. ; Bressan, A. A. (2015) . Gerenciamento de resultados para evitar divulgar perdas: Um estudo das cooperativas de crédito filiadas à Confesol. In: 53o Congresso da SOBER, UFPB, João Pessoa. Anais ... Brasília: SOBER, 1-20.

Bressan, V. G. F.; Garcia, D. P. (2016) . Income Smoothing: Um estudo do gerenciamento de resultados em Cooperativas de Crédito Solidário. In: 54o Congresso da SOBER, UFAL, Alagoas. Anais ... Brasília: SOBER, 1-20.

Brown, C.; Davis, K. (2008) Capital management in mutual financial institutions. *Journal of Banking & Finance*, vol 33, n.3, p. 443-445.

Burgstahler, D.; Dichev, I. (1997) Earnings management to avoid earnings decrease and losses. *Journal of Accounting & Economics*, v.24, n.1, p.99-126.

Cheng, Q.; Warfield, T, Ye, (2011) M. Equity Incentives and Earnings Management Evidence from the Banking Industry. *Journal of Accounting, Auditing & Finance* . vol. 26, n. 2, p. 317-349.

Dantas, J. A.; Medeiros, O. R.; Galdi, F. C.; Costa, F. M. (2013) Gerenciamento de resultados em bancos com uso de TVM: validação de modelo de dois estágios. *Revista Contabilidade & Finanças (Online)*, v. 24, n. 61, p. 37-54.

DAVIDSON, Russel; Mackinnon, James G. (1993) *Estimation and Inference in Econometrics*. New York: Oxford University Press.

Dechow, P. M.; Ge, W.; Schrand, C. M (2010) Understanding Earnings Quality: A Review of the Proxies, Their Determinants and Their Consequences. *Journal of Accounting and Economics*, vol 50, p. 344-401.

Dechow, P. M.; Sloan, R. G.; Zha Giedt, J. (2014) Stock Prices and Earnings: A History of Research. *Annual Review of Financial Economics*, vol. 6, p.343 -363.

Diário Oficial Da União - DOU. (2016) Circular Nº 3.799, de 28 de junho de 2016. Estabelece os requisitos para a definição do escopo da atividade de auditoria cooperativa e para a elaboração dos relatórios de auditoria de que trata a Resolução nº 4.454, de 17 de dezembro de 2015.. Brasília, DF, 2015c. Disponível em: < <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=30/06/2016&jornal=1&pagina=20&totalArquivos=112>>. Acesso em: 24/08/2016.

Francisco, J. R. De S.; Amaral, H. F.; Bertucci, L. A. (2012). Risco de crédito em cooperativas: Uma análise com base no perfil do cooperado. *Sociedade, Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro*, v. 7, n. 2, p. 137-149.

Fuji, A. H. Carvalho, L. N. G (2005). Earnings management no contexto bancário brasileiro. In: 5º Congresso USP - Controladoria e Contabilidade, USP, São Paulo. Anais... São Paulo: USP. Disponível em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos52005/7.pdf>. Acesso: 24/08/2016

Goulart, A. M. C. (2007) Gerenciamento de resultados contábeis em instituições financeiras no Brasil. 219 p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – FEA -USP, São Paulo.

Gujarati, D. N. (2006) *Econometria Básica*. Tradução de Maria José Cyhlar Monteiro. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

Hansen, C. B. (2007). Generalized least squares inference in panel and multilevel models with serial correlation and fixed effects. *Journal of Econometrics*, vol 140, p. 670-694.

Hillier, D.; Hodgson, A.; Stevenson-Clarke, P.; Lhaopadchan, S. (2008) Accounting Window Dressing and Template Regulation: A Case Study of the Australian Credit Union Industry. *Journal of Business Ethics*, v.83 n. 3, p. 579-593.

Healy, P. M.; Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard settings. *Accountings Horizons*, v.13, n. 4 p. 365-383.

Judge, G. G.; Griffiths, W. E.; Hill, R. C.; Lütkepohl, H. (1985). *The Theory and practice of Econometrics*. 2ed. New York: Wiley.

Maia, S. C.; Bressan, V. G. F.; Lamounier, W. M.; Braga, M. J. (2013). Gerenciamento de resultados em cooperativas de crédito no Brasil. *Brazilian Busnissess Review*. Vitória, v.10, n.4, p,96-116.

Martinez, A. L. (2001). "Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), FEA-USP, São Paulo.

Moyer, S. E. (1990) Capital adequacy ratio regulations and accounting choices in commercial banks. *Journal of Accounting & Economics*, n. 13, n.2, p. 123-154.

Moyer, A.; Shevlin, C. (1995) Income smoothing and incentives: empirical test. *The Accounting Review*, v. 62, n. 2, p. 358-377.

Pesavento, F. (2010). *Cooperativas de Crédito no Brasil e o surgimento do Sicredi/ Sicredi*. Porto Alegre: Sicredi, 2010.

Pinheiro, M. A. H (2008). *Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil*. Banco Central do Brasil. ISBN: 6. ed. Brasília: BCB, 2008. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/livro_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 20/08/2016.

Portal do Cooperativismo de Crédito (2016a). Sicredi é o agente financeiro com maior volume de financiamentos do Pronaf. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2016/08/sicredi-e-o-agente-financeiro-com-maior-volume-de-financiamentos-do-pronaf/>. Acesso em: 20/08/2016.

Portal do Cooperativismo de Crédito (2016b). Sistema Sicredi. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/cenario-mundial/cenario-brasileiro/dados-consolidados-dos-sistemas-cooperativos/sistema-sicredi/>. Acesso em: 20/08/2016.

Portal do Cooperativismo de Crédito (2016c). Austrália: Customer Owned Banking Association, entidade que congrega as cooperativas financeiras. Disponível em: <http://cooperativismodecredito.coop.br/2014/07/australia-customer-owned-banking-association-entidade-que-congrega-as-cooperativas-financeiras/>. Acesso em: 22/08/2016.

Ronen, J.; Yaari, V. (2010) *Earnings management: Emerging insights in theory, practice, and research*. 1. Ed. New York: Springer.

Santos, E. C (2007). *Capital regulatório e gerenciamento de resultados nas instituições financeiras que atuam no Brasil*. Espírito Santo,. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças. Vitória.

Sicredi. *Relatório de Sustentabilidade 2015*. (2015) Disponível em: <http://relatoweb.com.br/sicredi/relatorio2015/#6>. Acesso em: 20/08/2016.

Trueman, B.; Titman, S. (1988) An explanation for accounting income smoothing. *Journal of Accounting Research*, v. 26, p. 127-139, Supplement.

Ventura, E. C. F. (Org) (2009). *Governança Cooperativa: Diretrizes e mecanismos para o fortalecimento da governança em cooperativas de crédito do Brasil*. Brasília: BCB, 2009.

Ward, A.; Mckillop, D. G. (2005) An investigation into the link between UK credit union characteristics, location and their success. *Annals of Public and Cooperatives Economics*, vol. 76, n. 3, p. 461-489.

Woccu - World Council of Credit Unions. (2016) International Credit Union System. Disponível em: <http://www.woccu.org/about/intlcusystem>. Acesso em 20/08/2016.

Xavier, P. H. M. (2007). *Gerenciamento de resultados por bancos comerciais no Brasil.. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo*.

Zendersky, H. C. (2005) *Gerenciamento de resultados em instituições financeiras no Brasil – 2000 a 2004*. Brasília,. *Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Brasília, 2005*.